

*“Una volta un giudice giudicò chi aveva dettato la legge.  
Prima cambiarono il giudice. E subito dopo la legge”  
(Fabrizio De André)<sup>1</sup>*

A corrupção corrói as bases da democracia e da eficiência econômica, e tende a aumentar com o tamanho do estado na economia. É através de licitações viesadas de obras públicas e processos pouco transparentes de concorrência que as propinas são geradas, e alimentam desde financiamento de partidos e campanhas eleitorais até enriquecimento ilícito de inúmeras pessoas. Os partidos que se beneficiam das propinas e os empresários que as pagam têm vantagem sobre os seus pares, escamoteando a liberdade de escolha dos indivíduos e a concorrência entre as empresas.

O país, imerso em profunda crise política e econômica, assiste com orgulho e esperança as investigações que vêm sendo feitas no âmbito da Operação Lava Jato (OLJ). Orgulho de ver o trabalho sério desenvolvido por um grupo de magistrados jovens e competentes com o objetivo de reduzir a corrupção, que atingiu volume e abrangência inimagináveis no país nos últimos anos. Esperança de ver a lei valer para todos.

Entretanto, à medida que as denúncias se aproximam dos grandes núcleos de poder, começa a surgir aqui e acolá uma verdadeira campanha para denegrir e obstruir os trabalhos da OLJ. Embora as frentes de ataque sejam inúmeras, todas acabam por propor mudanças nas regras do jogo, seja pela troca de pessoas ou por mudanças na lei, replicando o que sabiamente denunciam os versos da epígrafe acima. Vão além das insistentes tentativas de substituir o Ministro da Justiça – tido como incapaz de “controlar” a Polícia Federal – por alguém mais comprometido com a defesa dos acusados, chegando ao cúmulo de se comparar as delações premiadas com as torturas ocorridas nos porões da repressão durante o regime militar. Há acusações e “alertas” ainda mais sutis e ardilosos.

Uma fonte inesgotável desses “alertas” vem da forma, a meu ver equivocada, como a experiência italiana conhecida como operação *Mani Pulite* (OMP) é por vezes

---

<sup>1</sup> “Uma vez um juiz julgou quem havia ditado a lei. Primeiro mudaram o juiz. Logo em seguida mudaram a lei”. Fabrizio De André, in *“Mani Pulite – La Vera Storia, 20 Anni Dopo”*, di Barbacetto, Gomez e Travaglio. Chiarelettere editore s.r.l. Milano, Seconda edizione, Febbraio 2012.

invocada. A existência de várias semelhanças – mas também de inúmeras diferenças – entre a OLJ e a OMP não recomenda a importação de conclusões apressadas, pinçadas ao sabor da conveniência do argumento. Relato abaixo alguns fatos ocorridos durante os primeiros anos da OMP, cujos detalhes falam por si próprios, dando indicações de que há muito a ser aprendido, sobretudo para não se perpetuar a impunidade dos crimes de corrupção, e para garantir o pleno funcionamento do judiciário.

A OMP (mãos limpas), ou *Tangentopoli* (cidade da propina) foi a maior investigação sobre corrupção na administração pública de que se tem notícia. Ocorreu na Itália, a partir do início de 1992, e durou dez anos. Seu período crucial, entretanto, teve a duração de aproximadamente três anos, até o fim de 1994. Investigações desvendaram um sistema criminoso e corrupto muito abrangente que atingiu algumas centenas de parlamentares de praticamente todo o arco político da época (exceção feita aos partidos de extrema esquerda e extrema direita), além de empresários, policiais e membros do judiciário. Foi conduzida na *Procura di Milano* (Procuradoria de Milão) pelos juízes que se tornaram símbolo da força-tarefa: Antonio Di Pietro, com 42 anos à época; Gherardo Colombo, 46 anos; e Piercamilo Davigo, 42 anos; auxiliados por inúmeros colaboradores.

Ao contrário da OLJ, a OMP teve início com a denúncia, feita pelo dono de uma empresa de limpeza, de cobrança de propinas pelo socialista Mario Chiesa, presidente de uma casa de repouso pública para idosos em Milão e também candidato a prefeito da cidade. Uma equipe, encabeçada pelo juiz e ex-policia! Antonio Di Pietro, montou então uma estratégia que, com sucesso, conseguiu flagrar o ato de pagamento de parte da propina (o equivalente a €3,500 de hoje).

Mario Chiesa foi preso e em pouco tempo vários episódios semelhantes foram trazidos à tona, mostrando que realmente a prática de cobrar propina atingia todos os cantos da administração pública do país. Houve então uma reação em cadeia e muitas pessoas passaram a fazer filas para contar aos juízes da OMP o que sabiam. O juiz Di Pietro costuma dizer, em entrevistas, que quando os policiais tocavam a campanha da casa de alguém, quem atendia já começava a confessar os crimes pelo interfone, tamanha era a vontade de ver a história ser passada a limpo, livre do jugo das propinas. Se levamos em conta a antiquíssima submissão das pessoas à Lei do Silêncio, ou *Omertà*, imposta pela máfia há centenas de anos, a explosão de denúncias adquire importância ainda maior, como uma catarse coletiva.

Enquanto a OMP se desenrolava em Milão, na Sicília ocorria uma complexa investigação sobre as propinas impostas pela máfia de forma mais sangrenta: quem não pagasse, era morto! Os juízes de Palermo e de Milão desenvolveram então importante parceria de ajuda mútua. Os efeitos dessa corajosa empreitada, no entanto, logo se fizeram sentir: em maio de 1992, a máfia matou, com 500kg de explosivo, o juiz Giovanni Falcone, sua esposa e três seguranças no caminho do aeroporto de Palermo. Falcone investigava a máfia há algum tempo e colaborava com a OMP. Dois meses depois, seu colega e substituto, o juiz Paolo Borsellino, foi morto junto com 5 seguranças, de frente à casa de sua mãe, também em Palermo. Paralelamente, entre maio e setembro de 1992 meia dúzia dentre os denunciados na OMP se suicidaram após receberem intimação (*Avviso di Garanzia*) e um se matou na prisão. Em meados de 1993, vários atentados a bomba ocorrem em Roma, Milão e Florença, matando e ferindo dezenas de pessoas. O grau de violência que acompanhou aqueles anos deixou profundas feridas na sociedade italiana e é um dos elementos que sugere cautela ao trazer para o caso brasileiro as consequências vividas pela Itália depois da OMP.

Apesar de atingir políticos de todos os principais partidos, as investigações identificaram que o principal vértice da corrupção se concentrava no Partido Socialista Italiano (Psi) e em seu presidente, Bettino Craxi. Craxi, que havia escapado das investigações sobre a loja maçônica P2 em 1981 (quando chegaram perto dos atores principais as investigações foram transferidas de Milão para Roma, onde foram abafadas) é um exemplo marcante de como a OMP afetou a vida política da Itália. Formado em Direito e em Ciência Política, era um líder histórico do Psi, do qual foi presidente entre 1976 e 1993. Foi prefeito de Milão; deputado; primeiro ministro de 1983 a 1987 (o primeiro socialista a atingir esse cargo); e presidente da Comunidade Europeia. O país inteiro acompanhava a evolução das investigações se perguntando se seria possível que um dia a OMP chegasse a ele.

Craxi havia reagido em março de 1992 à prisão do também socialista Mario Chiesa com indignação, dizendo na TV que estava diante de um farsante (*mariuolo*) que denegria a imagem de um partido que em Milão, nos últimos 50 anos, nunca havia visto um funcionário condenado por crime contra a administração pública. Com a evolução das investigações, mas ainda com arrogância e a certeza de impunidade, desafiou o Parlamento e a OMP em um discurso feito em agosto de 1992, dizendo: “Que se levante aquele que não tomou um financiamento ilícito neste país”. Ninguém se levantou. Era a prova de que todo o sistema político estava comprometido e/ou perplexo com o avanço das investigações. Em dezembro de 1992, menos de um ano

depois do início da OMP, Craxi recebeu a primeira de um total de quatro intimações (*Avviso di Garanzia*). Em abril de 1993, recebeu uma chuva de moedas ao sair do Hotel Raphael, em Roma, atiradas por uma multidão de estudantes e manifestantes aos gritos de ladrão e corrupto. Um ano depois, exilou-se na sua *Villa Hammamet*, na Tunísia, onde permaneceu até a morte, no início de 2000. Ao morrer, já havia sido condenado definitivamente a 10 anos de prisão e em primeira e segunda instâncias corriam julgamentos com penas adicionais superiores a 15 anos.

Até hoje, na Itália, a marca da corrupção está impregnada à imagem dos socialistas, que praticamente desapareceram ou mudaram de partido. A própria filha de Craxi, Stefania, que defende ferrenhamente a memória do pai, ligou-se ao partido criado por Berlusconi, o *Forza Italia*, pelo qual foi eleita deputada em 2006, com programa muito distante de qualquer ideal socialista do passado.

A reação do sistema político contra a OMP foi aumentando ao longo das investigações, e se tornou ainda mais drástica com o surgimento na cena política de Silvio Berlusconi. Originalmente empresário do setor de construção e muito ligado à Craxi, Berlusconi criou um império nos meios de comunicação, passando a comandar redes de TV nacionais, jornais e um time de futebol. Ao se ver envolvido em graves denúncias de corrupção e investigado pela OMP disse ao famoso jornalista Indro Montanelli em 1993: “Sou obrigado a entrar na política, senão me prendem e vou à falência”. Candidatou-se e venceu em 1994, tornando-se primeiro ministro, com o novo partido “*Forza Italia*” que usou como mote: “Basta com a política velha, queremos uma política diferente, nova e limpa!”. Numa tentativa de ganhar credibilidade e enfraquecer a OMP convidou os juízes Di Pietro e Davigo para serem seus ministros. Ambos recusaram e Berlusconi passou para o ataque frontal à OMP. Começava o período do “mar de lama”, que atingiu mortalmente a OMP.

Avolumaram-se as denúncias na imprensa sobre abuso de poder nas investigações e foi iniciada uma verdadeira indústria de dossiês, sobretudo contra a figura principal da OMP, o juiz Di Pietro. Em meados de 1994 o conselho de ministros do novo governo aprovou um decreto lei que ficou conhecido com o nome do novo ministro da justiça (Decreto Biondi) ou, popularmente como decreto “salva ladrões” (*salva ladri*), que impedia prisão cautelar para a maioria dos crimes de corrupção. Com isso, a maior parte dos presos na OMP foi solta, indo para prisão domiciliar, provocando um enorme dano nas investigações. Foi um golpe fortíssimo e pegou a Operação de surpresa. Os magistrados reagiram escrevendo uma carta, lida por eles na TV, com o pedido para serem substituídos. Permaneceram em seus cargos pela força do apoio popular recebido e o decreto Biondi foi revogado em poucos dias, mas seus efeitos haviam

sido permanentes: a maioria dos indiciados na OMP estava livre e nada os fez voltar à prisão.

Di Pietro, o símbolo máximo da *Mani Pulite*, sofreu uma forte campanha de difamação e acusações. Surgiram dossiês com denúncias de empréstimos irregulares e favorecimentos a amigos em processos anteriores, nunca comprovados, mas que afetaram negativamente sua imagem e a da OMP. No final de 1994, Di Pietro abandonou, repentinamente, a força-tarefa e sua saída foi o fim simbólico da OMP. Os que permaneceram se reorganizaram e continuaram as investigações que no momento envolviam Silvio Berlusconi, primeiro ministro de então. Berlusconi foi condenado em primeira instância, mas foi absolvido na câmara de cassação. Os jornais, alguns de Berlusconi, denunciam que os juízes haviam falsificado documentos. Nada foi comprovado até hoje, mas o dano estava feito. A campanha difamatória, cheia de lugares comuns, slogans, jogos de palavras, típicas de jornalismo panfletário acabaram por dividir a opinião pública e a OMP perdeu força. Di Pietro entrou na política e até hoje nenhuma acusação contra ele foi comprovada. Ao contrário, surgiram evidências de que Silvio Berlusconi estava por trás do “mar de lama” que caiu sobre ele e sobre a OMP.

Até hoje, passados mais de 20 anos do seu início, a OMP ainda provoca controvérsias: há quem diga, por exemplo, que seu objetivo era eliminar toda a classe política, seguindo um plano orquestrado pelos comunistas, ou pela CIA – dependendo da preferência ideológica do acusador. Lá (como cá...) acusava-se a OMP de investigar apenas alguns setores da classe política, preservando outros (como o Partido Comunista) – nesse caso, a defesa dos magistrados era que não haviam conseguido provas para indiciar outros setores. Por outro lado, as denúncias de excessos no uso de delações premiadas, prisões, escutas nunca foram comprovadas, mesmo depois de inúmeras investigações oficiais ocorridas desde então.

Polêmicas à parte, um dado que reflete a eficácia do trabalho da força-tarefa, lembrado pelo Juiz Gherardo Colombo em seu recente livro “*Lettera a um Figlio su Mani Pulite*”, é que no início dos anos 90, 20% dos indiciados na *Procura* de Milão eram absolvidos por falta de provas, enquanto que nos primeiros anos da OMP o percentual caiu para 4%, tendo voltado para mais de 20% depois. Colombo também explica que a média de prisões cautelares em Milão atingia 8 mil por ano e que a OMP prendeu mil pessoas em 3 anos. Não havia o abuso apregoado pelos acusados. Dentre um universo de mais de 5 mil pessoas investigadas, apenas 900 foram presas, e 40% do total foram salvas por prescrições, morosidades processuais ou mudanças nas leis, deixando um forte legado de impunidade.

Conclui-se que a OMP foi mutilada antes de seu final e não cumpriu integralmente seu papel de punir os corruptos como esperava a sociedade italiana. Um mar de lama, de acusações infundadas e mudanças nas leis limitaram seu alcance. A grande lição para nós é não deixar que isso aconteça com a OLJ.

Neste sentido, é extremamente bem-vindo o movimento encabeçado pelo Ministério Público de propor as “10 Medidas Contra a Corrupção”, com alterações processuais visando garantir mais rapidez nos julgamentos e na aplicação das penas. Esta é uma causa que vale a pena ser defendida, por fortalecer a luta contra a corrupção e ir na direção de inibir o movimento de abrandamento das leis contra a corrupção, como ocorreu na Itália.

Por fim, sabe-se que a punição em âmbito penal aumenta o custo da prática de delitos, mas sozinha não tem o poder de acabar com eles. Para tanto é decisivo o papel das instituições e da própria cultura do país. Lutar para melhorar a qualidade do ensino e para manter a nossa imprensa livre é fundamental para que os cidadãos exerçam suas escolhas cada vez mais conscientes, evitando trapaças e engodos. Não será trocando os juízes e abrandando as leis que construiremos a verdadeira democracia que nossos filhos merecem.